



09 DE ABRIL DE 2015

Quinta-feira

- CÂMARA APROVA TERCEIRIZAÇÃO PARA TODAS AS ATIVIDADES DE EMPRESAS
- ADOLFO SACHSIDA: O VERDADEIRO AJUSTE FISCAL E UMA PERGUNTA A LEVY
- ENTREVISTA-NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO DA USIMINAS QUER AFASTAR BRIGA DE ACIONISTAS
- CARGA DE ENERGIA DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL TEVE ALTA DE 1,2% EM MARÇO
- BNDDES: DESEMBOLSOS PARA INFRAESTRUTURA DEVEM ATINGIR R\$ 60 BILHÕES ESTE ANO
- APROVAÇÃO DO TEXTO-BASE DA REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO É UM 'AVANÇO', DIZ CNI
- INFLAÇÃO MENSAL PELO IPCA É A MAIOR DESDE FEVEREIRO DE 2003
- ECONOMIA AVANÇA NO EURO, MAS DESACELERA NO BRASIL, DIZ OCDE
- ALCOA SUSPENDE PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO NO BRASIL E DEMITE 650
- MANIFESTO CRITICA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL
- OCAP ABRE CAMINHOS PARA CHEGAR AO BRASIL
- EMPRESA ITALIANA VAI INVESTIR R\$ 26 MILHÕES NO CEARÁ
- DELPHI: AFTERMARKET NADA CONTRA MARÉ DA CRISE
- PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO CONTINUARÁ BAIXO POR 2 ANOS
- ARRECAÇÃO DE ROYALTIES DE MINERAÇÃO CAI 32% EM MARÇO DE 2015
- KEKO QUER CRESCER 10% EM 2015 ALAVANCADA POR NOVOS PRODUTOS
- TERCEIRIZAÇÃO DIVIDE OPINIÕES: MODERNIDADE PARA UNS, PRECARIZAÇÃO PARA OUTROS
- RANDON UNE FORÇAS DE UNIDADES NA REPOSIÇÃO

- TAXA DE DESEMPREGO SOBE A 7,4% NO TRIMESTRE ENCERRADO EM FEVEREIRO, MOSTRA PNAD CONTÍNUA
- COMPETITIVIDADE DAS MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS SERÁ TEMA DE ENCONTRO ESTADUAL
- SP ESTUDA NÃO CUMPRIR LEI QUE ISENTA PEDÁGIO DE EIXO SUSPENSO DE CAMINHÃO
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAEM 5,4% EM MARÇO
- SOLUÇÕES INOVADORAS NA PRODUÇÃO DE AÇOS PARA CARROS LEVES E SUSTENTÁVEIS
- CHINA PLANEJA SUBSIDIAR MINERADORAS DE MINÉRIO DE FERRO APÓS QUEDA NOS PREÇOS
- PROJETO TRAIRÃO: TALON METALS ATINGIDA PELOS PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO DECLARA SÉRIOS PREJUÍZOS
- ÍNDIA IMPORTA VOLUME RECORDE DE MINÉRIO DE FERRO
- INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS DEVE INVESTIR 40% MENOS EM 2015, PREVÊ ENTIDADE
- VENDA DE VEÍCULOS IMPORTADOS CAI 9,2% EM MARÇO, DIZ ABEIFA
- Indústria perdeu US\$ 375 bilhões de demanda desde 2002, diz Delfim
- Informativo Metal-Mecânico- Sistema FIEP

CÂMBIO		
Em 09/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,032	3,032
Euro	3,235	3,236

Fonte: BACEN

Câmara aprova terceirização para todas as atividades de empresas

09/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) o texto principal do projeto que regulamenta a [terceirização no país](#). Foram 324 votos a favor, 137 contra e duas abstenções.

Os parlamentares da Casa ainda podem, no entanto, alterar o texto por meio dos chamados "destaques", que serão votados na próxima semana. Depois, vai ao Senado. O relator do projeto sobre terceirização no país, deputado Arthur Maia (SD-BA), recusou a

sugestão do Ministério da Fazenda de antecipar o recolhimento de contribuição previdenciária e, em alguns casos, elevar alíquotas.

Contrário ao projeto, o governo sugeriu alterações ao texto com o objetivo de evitar perda de arrecadação. Queria que uma parte da contribuição previdenciária, correspondente a 11% da folha, fosse antecipada por todas as empresas que não estão no programa de desoneração.

O texto, no entanto, mantém a lei atual. O INSS continua sob responsabilidade das terceirizadas, exceto nos casos em que a lei já prevê pagamento antecipado, como serviços de limpeza, vigilância e trabalho temporário.

Para as empresas que contam com a desoneração da folha de pagamento, a retenção sugerida pelo governo era de 3,5% (média das duas novas alíquotas que ainda não foram aprovadas pelo Congresso). O relator decidiu que o recolhimento será pelas alíquotas atuais de 1% e 2%.

Em acordo com o governo, o projeto prevê que a contratante recolherá ainda 1,5% de Imposto de Renda, 1% de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), 0,65% de PIS/Pasep e 3% de Cofins. De acordo com o projeto, se o recolhimento desses tributos for superior ao devido de fato, a empresa contratada poderá fazer compensação ou receber restituição.

O FGTS ficou de fora e será recolhido pela contratada. Outra preocupação da Fazenda é a "pejotização": quando empresas demitem os empregados e os recontratam como pessoas jurídicas.

O relator concordou em proibir a contratação de empresas terceirizadas cujos titulares ou sócios tenham trabalhado para a empresa principal, com ou sem vínculo empregatício, nos últimos 24 meses (o governo queria 36).

A empresa terceirizada também não pode ter como sócio uma pessoa que exerça função de administrador na contratante, e sócios da terceirizada não podem ter com a empresa que a contrata relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

O governo queria incluir outras restrições, rejeitadas por Maia, como proibir que empresas do Simples atuem como terceirizadas, o que pode reduzir a arrecadação. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, esteve reunido com o relator e com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Ontem, a bancada do PT ingressou com um mandando de segurança no Supremo Tribunal Federal para anular a votação. O argumento é que Cunha atropelou as regras regimentais nesta votação.

CUNHA FEZ VALER SUA POSIÇÃO

Desengavetado depois de 11 anos de tramitação pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o projeto sofreu oposição do PT, do governo e da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Mas como tem ocorrido nas últimas semanas, eles não tiveram força para barrar a votação.

Desde que assumiu a presidência da Câmara, em fevereiro, Cunha tem conseguido fazer valer suas posições, com o apoio da oposição, do PMDB e de parte da base governista. Tendo trânsito estreito com o empresariado, o peemedebista defendia a aprovação da proposta.

Dilma Rousseff chegou a orientar ministros a trabalhar pelo adiamento da votação na segunda-feira (6), mas o governo já dava como certa a derrota antes mesmo de anunciado o resultado. Como plano B, Joaquim Levy (Fazenda) buscou incluir emendas no projeto.

"Foi uma goleada, uma votação que expressa com clareza o sentimento do Parlamento de que a gente modernize a economia brasileira", afirmou o relator da proposta, Arthur Maia (SDD-BA).

Após a votação, Cunha afirmou que essa não foi uma derrota do governo, pois a maior parte dos partidos da base votaram a favor da proposta.

"Acho que o líder do governo levou a posição do seu partido como se fosse uma posição de governo. Por isso, acho que eu acho que o governo não foi derrotado", afirmou. "Quando o líder do governo encaminha votação contrária a todos os partidos da base, mostra que atua em dissonância com sua própria base", afirmou Cunha.

Em nota, o ministro Miguel Rossetto (Secretaria-Geral) afirmou que o projeto é ruim, pois permite que toda relação de trabalho seja terceirizada e precarizada. "Reduz os salários e os fundos de seguridade social. Não é bom para os trabalhadores. Não é bom para o país", disse.

INDÚSTRIA

Em nota, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou que a aprovação é um passo importante para garantir segurança jurídica a milhares de empresas e 12 milhões de trabalhadores prestadores de serviços no país.

Segundo sondagem da CNI, 70% das empresas da indústria contratam serviços terceirizados. Destas, 75% observam, de forma espontânea, se a contratada cumpre com os encargos e obrigações trabalhistas.

A CNI afirmou que considera "injustificável que uma forma moderna de divisão do trabalho, difundida pelas estruturas produtivas globais, encontre tanta resistência no país".

"A terceirização promove a integração de empresas no fornecimento de bens e serviços, não sendo uma simples modalidade de contratação de trabalhadores para burlar a legislação trabalhista ou reduzir de custos da folha de pagamento", disse a CNI.

Adolfo Sachsida: O verdadeiro ajuste fiscal e uma pergunta a Levy

09/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo diz estar adotando medidas duras para realizar o ajuste fiscal que produzirá um superávit primário de 1,2% do PIB ao final desse ano. Tal como já foi demonstrado pelo economista Mansueto Almeida 85% do ajuste virá por meio do aumento de impostos. Assim, temos a primeira perna do ajuste fiscal: aumento de impostos.

Segundo o ministro da Fazenda o governo também irá reduzir os gastos públicos. Será mesmo? Até o momento ainda não surgiu na imprensa uma questão óbvia: boa parte do ajuste fiscal do governo resume-se a atrasar pagamentos. Por exemplo, quando o governo deixa de pagar funcionários terceirizados isso não reduziu o gasto público, apenas fez-se uma maquiagem contábil.

Atrasar pagamentos é maquiagem as contas públicas, é apenas uma versão mais refinada da velha "contabilidade criativa" que caracterizou a equipe econômica anterior. No futuro

essa conta terá que ser paga, e o pior: será acrescida de juros e multas contratuais. Resumindo, é bem provável que esse corte de gastos custe mais caro que o gasto em si. A verdade é que a segunda perna do ajuste fiscal não virá da redução de gastos públicos, virá da inflação. Uma inflação anual ao redor de 8% é uma ajuda e tanto para as contas públicas. Isto ocorre pois o valor arrecadado com impostos aumenta nominalmente com a inflação, mas o mesmo não ocorre com as contas públicas.

Por exemplo, quando o preço de um produto industrializado aumenta a arrecadação de IPI também aumenta (mesmo que apenas em valores nominais). Contudo, uma parte expressiva dos gastos públicos (tal como a folha de pagamento) permanece inalterada.

Aumento de impostos e inflação, esse é o verdadeiro ajuste fiscal de Levy. Para concluir tenho uma pergunta honesta ao ministro: por que não foi aumentada a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas do setor financeiro?

Veja, sou contrário ao aumento de impostos, sou contrário ao aumento da CSLL, afinal nossa carga tributária já é demasiadamente elevada. Contudo, dado que o ministro quer aumentar impostos, me escapa o motivo da CSLL das empresas do setor financeiro ter ficado de fora.

Afinal, essa contribuição pode ser aumentada por medida provisória, tem arrecadação elevada, é fácil de ser coletada, e incide sobre um setor que está tendo um lucro expressivo nos últimos anos. Claro que tal imposto é ruim para a economia, eu mesmo sou contra impostos sobre o setor financeiro, mas quem aumenta a Cofins certamente não deve estar muito preocupado com a distorção gerada por um imposto.

ADOLFO SACHSIDA é doutor em Economia. É autor de "Fatores Determinantes da Riqueza de uma Nação"

ENTREVISTA-Novo presidente do Conselho da Usiminas quer afastar briga de acionistas

09/04/2015 - Fonte: Reuters

A briga entre os dois acionistas controladores da Usiminas, Ternium e Nippon Steel, não vai ser resolvida facilmente, mas não poderá interferir nos trabalhos do Conselho da maior produtora de aços planos do Brasil, afirmou o novo presidente do Conselho de Administração da companhia à Reuters nesta quarta-feira.

Marcelo Gasparino, advogado com ampla experiência em conselhos de várias companhias do país, afirmou que quer assegurar que nenhum dos dois grupos esteja sendo favorecido nas discussões do Conselho.

Os dois grupos travam uma batalha desde que o presidente-executivo da Usiminas Julián Eguren, que trabalhou anteriormente para a Ternium, foi demitido em setembro sob acusações de recebimento indevido de recursos da empresa. Eguren nega as acusações e a Ternium exige que ele seja reempossado, algo que a Nippon não aceita.

Gasparino frisou que o Conselho da Usiminas precisa focar em outros assuntos, que incluem principalmente redução de custos de produção diante da baixa demanda por aço no Brasil.

"Vamos poder julgar que assuntos serão discutidos nas reuniões do conselho e as coisas que criem conflito (entre Nippon e Ternium) não serão incluídas na agenda", disse Gasparino.

O executivo, que representa acionistas minoritários e afirma não estar aliado a nenhum dos lados da disputa, foi eleito presidente do Conselho da Usiminas em uma tensa assembleia realizada na segunda-feira. A Ternium está recorrendo da votação na Justiça e o acusa de estar aliado à Nippon.

"Meu papel será realmente difícil... qualquer coisa que um faz, o outro lado acusa você de ser aliado com o outro", disse Gasparino. Ele acrescentou que ambos os lados vão perceber ao longo do tempo que ele está agindo apenas nos interesses da Usiminas.

"Vamos falar de novo dentro de um ano. Tenho certeza de que poderei mostrar as vitórias que alcançamos", disse Gasparino.

Carga de energia do Sistema Interligado Nacional teve alta de 1,2% em março

09/04/2015 – Agência Brasil

A carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN), em março, registrou alta de 1,2%, na comparação com o resultado do mesmo mês do ano passado. Em relação ao mês de fevereiro de 2015 houve queda de 1,3%.

A variação do SIN, no acumulado dos últimos 12 meses foi positiva de 1,8% comparado ao período anterior. Os números foram divulgados hoje (8) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na avaliação do órgão, o comportamento da carga do SIN reflete, principalmente, o baixo desempenho da indústria e a redução gradual no nível de atividade do setor de comércio e serviços.

O Boletim de Carga Mensal do ONS indica também que o número de dias úteis em março de 2015 provocou impacto positivo na variação da carga em todos os subsistemas. A alta é em comparação ao mesmo mês de 2014, quando o número de dias úteis foi menor por causa do feriado de carnaval, que ocorreu em março, enquanto que este ano foi em fevereiro.

Os dados apontam ainda que o registro de temperaturas mais baixas que às do mesmo período do ano passado no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste influenciou negativamente o desempenho da carga do SIN do mês de março.

De acordo com o ONS, se os efeitos dos dias úteis e das diferenças de temperaturas forem descartados, a variação de carga ajustada é de 0,1%, na comparação de março deste ano com o mesmo mês em 2014.

Para o órgão, este percentual da carga no período relacionado, reflete também, a diminuição do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) em 0,8 ponto percentual (p.p.) entre fevereiro e março de 2015. O total passou de 81,6% para 80,8%.

A carga de energia no subsistema Sudeste/Centro-Oeste no terceiro mês do ano apresentou queda de 1,2%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já na comparação ao mês de fevereiro, houve variação negativa de 2,2 %, mas no acumulado dos últimos 12 meses, teve uma variação positiva de 0,6%, em relação ao mesmo período anterior.

De acordo com a ONS, as temperaturas mais baixas durante o mês compensaram, em parte, o efeito calendário, na comparação ao mesmo período do ano anterior, especialmente, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, como se verifica com a variação negativa de 1,9 % da carga ajustada.

A variação foi positiva também no Subsistema Sul. O percentual ficou em 6,4%, em março, em relação ao resultado do mesmo mês de 2014. No entanto, registrou queda de

2,7% se levar em consideração fevereiro de 2015. No acumulado dos últimos 12 meses, o Sul teve elevação de 3,2 % na comparação a igual período anterior. De acordo com a publicação, a taxa de crescimento teve influência da carga de demanda das classes residencial e comercial e pelo desempenho do setor agroindustrial no período.

A taxa de crescimento da carga desse subsistema em março/15 foi influenciada pelo maior número de dias úteis no mês, em comparação ao mesmo período do ano anterior e, ainda, pela ocorrência de temperaturas superiores, em grande parte do mês, às verificadas em março/14, principalmente no Rio Grande do Sul, cuja carga participa com cerca de 35% da carga do Subsistema Sul. O resultado da carga ajustada, de 3,8 %, confirma essas afirmações.

No Subsistema Nordeste, segundo o operador, houve crescimento de 6,1%, na mesma comparação, mas com relação ao segundo mês do ano apresentou alta de 1,3%. Nos últimos 12 meses teve elevação de 3,8%, em relação ao mesmo período anterior.

Apesar da exclusão do efeito calendário houve crescimento de 5,3 % na carga ajustada do mês de março, por causa da expansão do consumo de energia nos segmentos residencial e comercial e o maior número de dias úteis.

Quanto ao Subsistema Norte, conforme os dados do ONS, foi registrada variação negativa de 1,3%. Se comparado com fevereiro a variação é positiva de 3%. No acumulado dos últimos 12 meses, a interligação ao SIN do Sistema Manaus, a partir de julho de 2013, causou influência e o subsistema da região indicou alta de 4%, na comparação com o mesmo período anterior.

Segundo o ONS, o desempenho da carga de energia do subsistema reflete a atuação da atividade dos grandes consumidores eletrointensivos conectados à Rede Básica. De acordo com o órgão, eles detêm a participação de cerca de um terço da carga do subsistema.

Entre esses consumidores, dois terços pertencem ao setor metalúrgico e são destinados, basicamente, para o mercado externo de commodities. O ONS destacou a permanência em níveis reduzidos da carga de consumidores livres eletrointensivos do setor de metalurgia.

BNDES: desembolsos para infraestrutura devem atingir R\$ 60 bilhões este ano

09/04/2015 – Agência Brasil

O valor dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor de infraestrutura, envolvendo operações diretas, indiretas e automáticas, deverá se manter este ano em torno de R\$ 60 bilhões, patamar similar ao de 2014.

O superintendente da Área de Infraestrutura do banco, Nelson Siffert, disse hoje (8) no Congresso da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap), no Rio de Janeiro, que esse volume de recursos considera não só os segmentos de energia e logística, mas também o de mobilidade urbana, saneamento e parte da linha de empréstimos Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), para aquisição de máquinas, locomotivas, vagões, material elétrico, incluídos em infraestrutura.

Os recursos gerais a serem liberados pelo BNDES em 2015 deverão ficar da ordem de R\$ 170 bilhões, mostrando retração em comparação ao total liberado em 2014, que chegou a R\$ 187,8 bilhões, disse. "Então, você tem a perspectiva de infraestrutura ser em torno de pouco mais de 40% do orçamento geral do banco", acrescentou.

A ideia, disse Siffert, é o BNDES não depender de suporte financeiro do Tesouro Nacional e estimular uma participação crescente do mercado de capitais no financiamento ao setor produtivo, por meio de emissão de debêntures.

"Portanto, o BNDES não tendo um orçamento que possa crescer de forma elástica, é fundamental que o mercado de capitais se some ao esforço do banco de financiar infraestrutura". O superintendente acredita que as debêntures terão um papel mais relevante no financiamento não só da infraestrutura, mas da economia como um todo.

No primeiro trimestre deste ano, os desembolsos para energia e logística, dentro de infraestrutura, cresceram 10%, em relação a igual período do ano passado, "o que está em linha com a nossa projeção anual de crescer também em torno de 10%".

Nelson Siffert reforçou que a área financeira do BNDES está trabalhando no sentido de equacionar o *funding* (fontes de recursos para empréstimos), para não recorrer a captações junto ao Tesouro.

Ele acredita que o mercado de capitais vai se somar ao BNDES no sentido de suprir "qualquer hiato de *funding* que os projetos venham a demandar". Ponderou que isso é viável, apesar de a taxa básica de juros Selic estar em um patamar elevado e com projeção de crescimento. "A Selic está com essa projeção mas, a médio prazo, a tendência é de queda".

Lembrou que o investidor de infraestrutura olha os projetos mais a médio e longo prazo e que a emissão de debêntures pode ocorrer em diversos períodos do projeto. Nos últimos anos, foram feitas operações de emissões de debêntures de infraestrutura em 32 projetos, somando valor captado pelo mercado superior a R\$ 8 bilhões, dos quais o BNDES comprou R\$ 1 bilhão.

Nelson Siffert disse que o banco pretende lançar ainda este ano no mercado um fundo lastreado nessas debêntures. Para coordenar e estruturar a oferta pública de quotas de fundo de investimento com lastro em debêntures de infraestrutura da carteira do BNDES, foi selecionado o consórcio composto pelos Bancos Bradesco BBI e BTG Pactual.

A gestão e administração do fundo ficarão a cargo da Caixa Econômica Federal, que também integra o consórcio. "A ideia é atrair essa poupança privada para aportar 'funding' para projetos de infraestrutura".

A carteira de infraestrutura do BNDES engloba hoje 399 projetos, com financiamentos de R\$ 199,6 bilhões, que representam investimentos de R\$ 362 bilhões. (Alana Gandra)

Aprovação do texto-base da regulamentação da terceirização é um 'avanço', diz CNI

09/04/2015 – Estado de S. Paulo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou a aprovação do texto base de regulamentação da terceirização no mercado de trabalho como "um avanço para empresas, trabalhadores e para economia do Brasil".

Em nota, a entidade caracterizou a medida como "indispensável" para a "melhora do ambiente de negócios e uma das mais importantes etapas para modernizar as relações de trabalho no Brasil".

No entanto, a reação do governo foi diferente. Pouco depois de o plenário da Câmara dos Deputados aprovar o texto base do projeto 4330, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da

Presidência, Miguel Rossetto, divulgou nota em que alega que o texto "não é bom para o País".

"O projeto é ruim, pois permite que toda relação de trabalho seja terceirizada, portanto, precarizada. Reduz os salários e os fundos de seguridade social. Não é bom para os trabalhadores. Não é bom para o País", disse Rossetto, o único do governo a se manifestar publicamente sobre a medida após a decisão dos deputados.

Por outro lado, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), contou ter sido procurado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, durante a sessão em que o projeto que regulamenta a terceirização no País foi aprovado.

"Ele me telefonou no meio da sessão. Não demonstrou discordância. Me pareceu bastante satisfeito com o conteúdo", afirmou Cunha após a votação. A prática de ministros de Estado telefonarem para o presidente da Câmara durante as sessões não é comum, com exceção dos titulares da Casa Civil e da Secretaria de Relações Institucionais.

Cunha disse entender que os interesses do Palácio do Planalto foram atendidos e que um único ponto de divergência foi acordado ao fim da sessão. "Entendo que todos os interesses do governo estão acordados e contemplados", afirmou.

Questionado sobre mais uma derrota do governo, ele disse que o fracasso foi do PT. "Acho que o líder do governo (José Guimarães, PT-CE) levou a posição do seu partido como se fosse uma posição de governo. Por isso acho que o governo não foi derrotado. Acho que os partidos da base do governo estavam na posição igual", afirmou.

Apenas PT, PCdoB e PSOL votaram contra a proposta que tramita há 11 anos no Congresso. O texto foi aprovado por 324 votos à favor, 137 contra e duas abstenções.

Inflação mensal pelo IPCA é a maior desde fevereiro de 2003

09/04/2015 – Valor Econômico

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 1,32% em março, após alta de 1,22% em fevereiro, informou hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em março do ano passado, o índice avançou 0,92%. É o maior IPCA para todos os meses desde fevereiro de 2003, quando atingiu 1,57%, além de ser a taxa mais elevada para meses de março desde 1995, quando subiu 1,55%.

Com o resultado, o índice oficial de inflação do país acumulou alta de 3,83% no ano → a maior para um primeiro trimestre desde 2003 → e de 8,13% em 12 meses, a maior alta nesta comparação desde dezembro de 2003, quando subiu 9,30%. O IPCA de março ficou abaixo da média de 1,38% estimada por 20 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data.

O intervalo das estimativas foi de 1,30% a 1,45%. Energia elétrica Mais da metade da alta do IPCA de março ficou na conta da energia elétrica, cujo aumento médio de 22,08% gerou inflação de 0,71 ponto percentual, o que representou 53,79% do IPCA de 1,32%.

Com a entrada em vigor, a partir de 2 de março, da revisão das tarifas aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ocorreram aumentos extras, fora do reajuste anual, para cobrir custos das concessionárias com a compra de energia.

Na mesma data, houve reajuste de 83,33% sobre o valor da bandeira tarifária vigente, a vermelha, passando de R\$ 3,00 para R\$ 5,50. Enquanto os preços administrados

continuaram ganhando fôlego em março, os serviços já estão em nível abaixo da inflação geral.

Na passagem de fevereiro para o mês passado, os itens monitorados por contrato avançaram de 2,37% para 3,37%, segundo cálculos do IBGE. Já a alta do grupo que reúne preços como aluguel, cabeleireiro e empregada doméstica diminuiu de 1,07% para 0,58%.

O IPCA mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos, que vivem nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Vitória, Brasília, e nos municípios de Goiânia e Campo Grande.

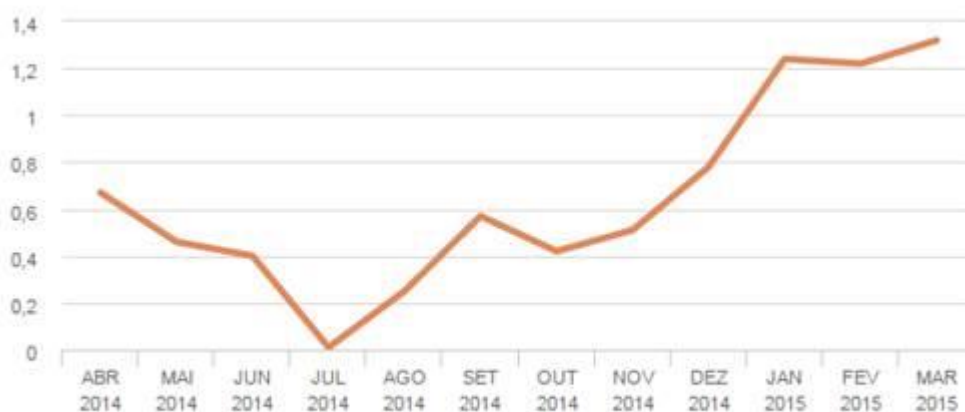
A maior alta do IPCA ocorreu na região metropolitana de Porto Alegre, que apresentou aumento de 1,81% no mês. Campo Grande (1,79%), Curitiba (1,69%), Fortaleza (1,57%) e Belo Horizonte (1,48%) são as outras cinco regiões metropolitanas com os maiores índices. No caso de Porto Alegre, a conta de luz exerceu grande pressão, subindo 27,21% → o ônibus urbano também contribuiu para a alta da taxa (7,97%). No Rio de Janeiro, a variação refletiu também o reajuste anual de 34,91% em uma das concessionárias de energia.

A região metropolitana teve inflação de 1,35% no mês de março. Em São Paulo, o IPCA também acelerou de fevereiro para março, somando alta de 1,31%. No primeiro trimestre deste ano, a inflação na Grande São Paulo chega a 4,12%, segundo o IBGE. No acumulado do ano o índice bate em 7,83%. Os menores índices foram os de Recife (0,56%) e Belém (0,58%). Na região pernambucana, o reajuste da energia elétrica foi o menor registrado entre todas as regiões, o que evitou uma forte elevação do índice.

Já na região metropolitana do Pará, os alimentos consumidos em casa ficaram em 0,17%, bem abaixo da média nacional de 1,17%, o que também segurou o IPCA. Baixa renda O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 1,51% em março, depois da alta de 1,16% em fevereiro.

Em março de 2014, o indicador teve alta de 0,82%. No acumulado do ano, o INPC subiu 4,21% e, em 12 meses até março, teve alta de 8,42%, indicando avanço em relação aos 12 meses encerrados em fevereiro, quando ficou em 7,68%. O INPC abrange as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos mensais, que vivem nas mesmas regiões pesquisadas para o IPCA.

Varição mensal do IPCA (em %)



Acumulado no ano **3,83**

Acumulado em 12 meses **8,13**

■ Variação por grupos no mês (em %)



Índice de Difusão Valor (em %)

Aponta o quanto a inflação está espalhada pela economia ao mostrar o percentual de produtos componentes do IPCA que tiveram alta de preço

Geral **73,5**
Sem alimentos **74,1**

Março de 2015

MAIORES ALTAS ▲	MAIORES QUEDAS ▼
Pimentão 33,15	Passagem aérea -15,45
Energia elétrica residencial 22,08	Quiabo -14,78
Cebola 15,10	Limão -9,51

■ Acumulado em 12 meses (em %)



Veja as tabelas completas no ValorData

Fonte: IBGE

Economia avança no euro, mas desacelera no Brasil, diz OCDE

09/04/2015 – Exame



Sede da OCDE: a leitura para a China caiu para 98,4 ante 98,5, na Rússia caiu para 98,9 ante 99,0 e no Brasil recuou para 99,2 ante 99,4. O crescimento econômico está acelerando na zona do euro e na Índia, mas está desacelerando na China, Rússia e no Brasil, disse a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesta quinta-feira.

Em um relatório mensal, a OCDE disse que dentro da zona do euro, a França e a Itália estão mostrando sinais de crescimento melhor e que o cenário também está melhorando na Alemanha, a maior economia da zona do euro.

O indicador da OCDE, que tem o objetivo de detectar pontos de virada na economia, subiu para 100,7 para a zona do euro como um todo, ante 100,6 no mês anterior.

Com 100,0 representando uma média de longo prazo, o índice da OCDE avançou para 100,7 ante 100,5 na França, segunda maior economia da região, e subiu para 101,0 ante 100,8 na Itália, a terceira maior economia. Na Alemanha, o índice alcançou 99,8 ante 99,7.

As perspectivas da Índia continuaram a melhorar, com um índice que subiu para 99,5 ante 99,3 no mais recente relatório mensal. No entanto, a leitura para a China caiu para 98,4 ante 98,5, na Rússia caiu para 98,9 ante 99,0 e no Brasil recuou para 99,2 ante 99,4.

O índice para os Estados Unidos recuou para 100,0 ante 100,1. Para o Japão, houve avanço a 100,0 ante 99,9.

Alcoa suspende produção de alumínio no Brasil e demite 650

09/04/2015 – Foundry Gate

A Alcoa, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, com sede nos EUA, anunciou, mais um corte de produção no Brasil, com a demissão de 650 funcionários na unidade de São Luís, no Maranhão.

Com isso, a companhia deixa de produzir no país o alumínio primário, que serve de base para produtos como esquadrias para construção civil e insumos de automóveis. A medida é parte de uma estratégia global anunciada no início de março e que previa cortes de produção, fechamento de unidades e venda de ativos no mundo inteiro.

Embora esteja em linha com a estratégia anunciada recentemente pela matriz, o encerramento das operações de alumínio primário no Brasil começou a se desenhar em 2013. Primeiro, a Alcoa cortou a produção de 34 mil toneladas de em Poços de Caldas (MG) e 97 mil toneladas em São Luís (MA).

Em março de 2014, um novo ajuste levou à redução de 85 mil toneladas na planta maranhense e de outras 62 mil toneladas na unidade Poços de Caldas, levando à paralisação total da produção na planta mineira.

Ontem, a empresa anunciou o fim da produção remanescente de 74 mil toneladas da Alumar, em São Luís. Segundo a empresa, as demais operações no Brasil não serão afetadas e o processamento da bauxita para produção de alumina (que é a matéria prima do alumínio) será mantido nesta unidade.

A Alumar emprega atualmente 1,6 mil pessoas. Até o dia 15 de abril, 650 serão demitidas, reduzindo para 4,2 mil o quadro de funcionários da Alcoa no país. "São decisões difíceis, mas necessárias, para apoiar a estratégia da Alcoa de reduzir a base de custos dos nossos negócios de commodities", declarou, em nota, o presidente global do grupo de produtos primários da Alcoa, Bob Wilt.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís (Sindmetal), José Maria Araújo, lamentou a decisão da companhia e disse que a notícia é "péssima" para os trabalhadores e para toda a cadeia produtiva.

"A cada dia, temos uma nova decepção com a Alumar", disse. No ano passado, segundo o sindicato, a empresa chegou a anunciar o corte de 500 funcionários na unidade, mas teve de readmitir 267 trabalhadores para atender a uma decisão da Justiça do Trabalho. Entre os demitidos está o mecânico Gerson de Jesus, que trabalhou pouco mais de dez anos na Alumar.

Desligado em 2014, ele continua desempregado. "O prejuízo é geral. Essa onda de demissão foi um golpe para os trabalhadores. A nossa única esperança é a articulação do sindicato com a Justiça." Na quarta-feira, 1º de abril, os sindicalistas terão uma nova rodada de negociação com a empresa para discutir reajuste salarial e as demissões. O secretário de Indústria e Comércio do Maranhão, Simplício Araújo, informou que o anúncio pegou o Estado de surpresa.

"Realizamos audiências recentemente com a direção da empresa, para discutir as perspectivas de investimentos no Estado e, em nenhum momento, os dirigentes da multinacional informaram ao governo sobre essa decisão drástica", disse.

Estratégia global

A suspensão da produção de alumínio primário em São Luís não foi o primeiro corte desde que a empresa anunciou a fase de ajustes globais no início do mês. A companhia começou pelo Suriname há duas semanas.

Com o ajuste na linha de produção maranhense, a Alcoa deixará de produzir aproximadamente 740 mil toneladas anuais, o equivalente a 21% de sua capacidade de produção de metal. Com a decisão da Alcoa, os produtores de alumínio primário no Brasil se reduzem a Votorantim Metais e Albras Alumínio Brasileiro, controlada pela europeia Norsk Hydro.

Em outubro do ano passado, a Novelis, que pertence ao grupo indiano Aditya Birla, fechou uma fábrica em Ouro Preto (MG), demitindo 350 funcionários. A decisão dessas multinacionais é reflexo das dificuldades do setor, que vem perdendo competitividade desde 2008.

O cenário se agravou no ano passado com a disparada do preço da energia elétrica no Brasil - as tarifas que já eram caras ficaram ainda mais elevadas com a seca que reduziu o volume de água nas hidrelétricas.

O preço do megawatt/hora (MWh) no mercado à vista, que já foi de R\$ 12, em janeiro de 2012, chegou a R\$ 822 e, na segunda-feira (30/03) estava em R\$ 388. Isso fez com que a própria Alcoa, assim como outras indústrias eletrointensivas, deixassem de consumir a energia que produzem para vendê-la no mercado à vista.

Manifesto crítica política industrial no Brasil

09/04/2015 – Foundry Gate

Entidades industriais e centrais sindicais se uniram nesta segunda-feira e lançaram a Coalizão Capital/Trabalho para a Competitividade e o Desenvolvimento da indústria de transformação.

No documento assinado por 42 entidades patronais e cinco lideranças sindicais, constam reclamações tradicionais do setor sobre a dificuldade com câmbio apreciado, juros elevados, cumulatividade de impostos e alta carga tributária.

A coalizão se credencia como apartidária e vinha sendo costurada desde o ano passado.

O lançamento do manifesto estava previsto para março, mas foi adiado por causa das manifestações de 15 de março contra o governo.

“Não é contra governo. É um movimento apartidário, um grito de alerta para o desmonte da indústria de transformação”, afirmou Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) → entidade que lidera a mobilização → ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

A presidente Dilma Rousseff não foi citada nominalmente por nenhum dos interlocutores nos discursos. Apenas alguns integrantes da plateia gritaram de forma isolada “Fora Dilma”.

A indústria tem sido o setor da economia mais afetado pela desaceleração econômica e ainda não conseguiu se recuperar dos efeitos da crise internacional. Em fevereiro, por exemplo, a produção industrial despencou 9,1% na comparação com o mesmo mês de 2014. Foi a maior queda da produção desde julho de 2009.

Críticas

Antes aliado e conselheiro do governo Dilma, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter integra a coalização e se mostrou, segundo disse, “emocionado e até irritado” com a condução da política econômica. Gerdau pediu exoneração da presidência da Câmara de Gestão → criada em 2011 → do governo Dilma no fim do ano passado.

O empresário condenou a cumulatividade de impostos, com 10% a 15% de tributos “escondidos” ao longo da cadeia produtiva, câmbio não competitivo sustentado por uma “política artificial” e juros “lá em cima”.

Os discursos mais acalorados vieram dos sindicalistas. “Se o juro não baixar, o Brasil vai parar”. “Acabar com a indústria brasileira é acabar com o emprego também”, afirmou o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, afirmou que a pauta apresentada repete “o grito de alerta” organizado pelas mesmas entidades em 2011. Na ocasião, disse ele, não houve qualquer avanço.

“Temos praticamente a mesma pauta, que só atualizamos, pois a crise piorou ainda mais”, disse. Segundo Torres, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) → próxima ao governo → participou das discussões e em parte apoia o movimento.

“Mas lá há problemas internos”, disse. A CUT tem feito manifestações para contrapor aos protestos, mas sem deixar de criticar medidas de ajuste fiscal → planeja uma manifestação para esta terça-feira.

Investigação

A reação do setor empresarial vem em um momento delicado. Afora os problemas na economia, grandes empresas estão em investigação em duas operações da Polícia Federal e do Ministério Público, a Lava Jato, envolvendo esquema de corrupção na Petrobrás, e a Zelotes, que averigua um esquema de compra de sentenças no “tribunal” na Receita Federal, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Fora da coalização, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, relativizou a importância do movimento. Ao ser questionado sobre o que pensa sobre a iniciativa, Skaf disse entender que o momento pelo qual passa o Brasil

já é de muita confusão. “Não é adianta você jogar mais gasolina na fogueira, que já está forte”, disse.

Ocap abre caminhos para chegar ao Brasil

09/04/2015 – Automotive Business

A Ocap, fabricante italiana de peças de direção e suspensão, que está expondo na **12ª** Automec, começará suas operações no Brasil ainda este ano e divulga planos ambiciosos de chegar ao País em um momento de tormenta, com investimentos consideráveis em centro de distribuição e futura fábrica.

Segundo Ronaldo Teffeha, responsável pelo aftermarket da empresa no Brasil, a empresa chega focando no mercado de reposição independente. Inicialmente com um centro de distribuição, a empresa está na fase de se estabelecer legalmente, já que ainda não há sequer uma razão social.

“O investimento inicial aqui vai ser na ordem de € 2 milhões a € 3 milhões. Como o plano é atuar em nível nacional, no segundo semestre de 2016 teremos uma planta para atender a demanda do mercado de autopeças”, projetou o executivo.

Teffeha afirmou que estão sendo feitos estudos de mercado e, portanto, ainda não há uma definição de onde será a fábrica.

“O mercado brasileiro de reposição é muito atrativo para empresas do porte da Ocap, que acreditam que a crise é passageira”, conclui. A construção da unidade brasileira demandará investimento do mesmo porte da quantia inicial aplicada na instalação da empresa.

A companhia, que já fornece para o Brasil componentes importados por clientes como a Dana, fabricante de eixos, pretende atuar da mesma maneira que faz em mercados como Itália, China e Índia, com um braço focado especialmente nas montadoras e uma operação específica para o mercado de reposição independente.

Empresa italiana vai investir R\$ 26 milhões no Ceará

09/04/2015 – CIMM

A empresa italiana Eclipse, especialista em produção de placas solares, pretende abrir uma unidade no Interior do Ceará, na cidade de Limoeiro do Norte. A informação foi revelada, ontem (7), durante o lançamento do primeiro condomínio solar do País que será instalado na mesma cidade.

O investimento para instalação da fábrica é da ordem de R\$ 26 milhões com capacidade produtiva de 100 megawatts. Decisão final acontece em 45 dias. “Visitamos em janeiro a área e desenvolvemos um estudo. Estamos interessados no local”, afirmou Tomilson Mota, representante da Eclipse Brasil.

Caso a instalação seja efetivada, a intenção é abastecer, além da região, clientes do Nordeste. “Hoje as placas estão sendo importadas da China, Coreia e Itália”, informou Francisco Zuza de Oliveira, ex-presidente da Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece) e atual assessor de negócios da Prefeitura de Limoeiro do Norte.

O alto índice de radiação da cidade atrai empresas do setor de energias. De acordo com Francisco Osterne, professor de engenharia da produção da UFC, entre os fatores que

justificam esse índice estão o clima, com poucos dias nublados, e a altitude. "Outro atrativo é o baixo valor para comprar terras".

A área de 10 hectares da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, que abrigará o condomínio solar faz parte de seis mil hectares do empresário Fernando Cirino Gurgel. "Visualizo a região como uma fazenda energética".

Condomínio

A primeira fase do empreendimento demanda investimento próprio de R\$ 7 milhões, conforme informou a Prátil, companhia responsável pela construção e manutenção do condomínio. "Fazemos o investimento e adequamos a necessidade de cada cliente", diz Albino Mota, da Prátil.

Será a primeira companhia a colocar em prática o sistema de compensação de energia estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O projeto terá início em julho e a previsão de término em dezembro. Irá gerar 120 empregos diretos.

A Rede de Farmácias Pague Menos assinou contrato e alugará, por 15 anos, as plantas solares disponíveis na primeira fase. "Para esse ano, estimamos gastos com energia de R\$ 50 milhões. Com esse acordo vamos economizar 8% do total previsto.", informa Deusmar Queirós, presidente da rede Pague Menos.

Delphi: aftermarket nada contra maré da crise

09/04/2015 – CIMM

Enquanto o cenário é de pessimismo para as montadoras de veículos, o aftermarket nada contra a maré da crise: para a Delphi, o mercado de reposição está em franco crescimento e aposta em mais um ano positivo para o segmento na América do Sul.

"Enquanto vemos uma queda brutal no OEM (fornecimento às montadoras) o de reposição ganha importância ainda maior, porque é um momento de oportunidade de ganhar participação e mitigar parte da queda do OEM.

Prevemos que o segmento cresça algo como 5% em 2015 enquanto o original reduza até 15%", estima Luiz Corrallo, presidente da Delphi para a América do Sul, durante o lançamento de produtos na Automec, feira internacional de autopeças que será realizada até o dia 11 no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo.

O executivo acrescenta que o aftermarket representa 10% do faturamento da empresa na região e que novos negócios impulsionarão os resultados da divisão em 2015.

Durante a feira, a fabricante apresentou uma série de novos produtos, entre eles seu dispositivo de telemetria que permite o envio de informações dos veículos em diversos aspectos, como nível de consumo de combustível e regulagem do motor entre outros.

Por outro lado, o fornecimento às montadoras poderá ganhar certo fôlego em parte pela expansão das vendas do sistema de partida a frio, que a Delphi já fornece para a Toyota, no novo Corolla, e os Honda Fit e City, além de todos os modelos da JAC.

"Nos próximos meses, ainda este ano, iniciaremos o fornecimento [do sistema de partida a frio] para mais uma montadora e continuamos a prospectar outros projetos para os próximos anos", diz.

Preço do minério de ferro continuará baixo por 2 anos

09/04/2015 – Notícias da Mineração



Os fundamentos do mercado de minério de ferro estão fracos devido à baixa demanda, crescimento da oferta e ao clima negativo que envolve o mercado de aço na China, diz um analista do banco Jefferies, que tem sede em Londres e administra ativos da ordem de US\$ 45 bilhões.

Christopher LaFemina, analista do Jefferies, escreveu que a continuidade dos ramp-ups em projetos das maiores mineradoras do mundo e a baixa probabilidade de interrupções atribuídas a eventos climáticos podem pressionar os preços para níveis ainda mais baixos no curto prazo.

Nesse ambiente, o cobre vai ter performance melhor que a do ferro, por isso empresas como Antofagasta e Freeport McMoran tem tido a preferência de investidores em detrimento das ações da Vale, BHP Billiton, Fortescue Metals e Rio Tinto.

No Brasil, o banco BTG Pactual revisou o preço estimado do minério de ferro de US\$ 70 a tonelada para US\$ 55, em 2015; de US\$ 70 para US\$ 60, em 2016; de US\$ 80 para US\$ 60, em 2017; e de US\$ 80 para US\$65 no longo prazo.

No caso da Vale, o BTG diz que há "potencial de ganho muito limitado no curto prazo" para detentores de ações em meio aos altos níveis de endividamento e a perspectivas reduzidas de retorno em dinheiro.

Em função disso, os analistas do banco acreditam que a mineradora poderá suspender temporariamente o pagamento de dividendos em 2016. De acordo com o relatório dos analistas, "grande parte dos problemas da Vale serão resolvidos com o ramp-up do projeto S11D".

O documento afirma que a companhia tem feito o possível para entregar o projeto S11D, que tem capacidade para 90 milhões de toneladas por ano, até o último trimestre de 2016.

No longo prazo, o fluxo de caixa livre potencial da mineradora pode cair de 20% para algo entre 7% e 10%, o que não é "segundo analistas. As informações são da agência Bloomberg.

Arrecadação de royalties de mineração cai 32% em março de 2015

09/04/2015 – Notícias da Mineração

O Brasil arrecadou em março de 2015 cerca de R\$ 104,1 milhões em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os royalties da mineração. O valor sofreu uma queda de 32,3% em relação aos US\$ 153,9 milhões arrecadados no

mesmo mês do ano de 2014. Os dados são do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O total arrecadado com a CFEM em março também apresentou queda, de 18,4%, na comparação com o mês de fevereiro, quando foram arrecadados US\$ 127,6 milhões, mesmo com o aumento do volume de minério exportado.

Minas Gerais foi o maior Estado arrecadador, com R\$ 44,17 milhões em março deste ano, segundo dados publicados no website do DNPM. O valor arrecadado registrou uma queda de 40,7% na comparação com os R\$ 74,43 milhões de CFEM arrecadados no mesmo mês do ano passado. A queda foi de 16,9% na comparação com os R\$ 53,15 registrados no mês de fevereiro.

O segundo Estado que mais arrecadou CFEM em março de 2015, foi o Pará, com R\$ 30,13 milhões, uma queda de 35% se comparado aos R\$ 46,35 milhões registrados no mesmo mês de 2014. Em relação a janeiro, porém, o valor registrou uma alta de 17,8%.

O produto que mais gerou receita no mês de março foi o minério de ferro, responsável pela arrecadação de R\$ 51,63 milhões, o que representa queda de 52%% se comparado aos 107,55 milhões do mesmo mês de 2014. Na comparação com fevereiro de 2015, o valor representa uma queda de 24%.

Em segundo lugar, ficou o cobre, com cerca de R\$ 5,74 milhões, alta de 142% ante os R\$ 2,36 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Logo após o cobre está a bauxita, com R\$ 4,62 milhões arrecadados com a CFEM em março deste ano.

Segundo relatório do DNPM, atualizado diariamente, já foram pagos aproximadamente R\$ 31,36 milhões de Taxa Anual por Hectare (TAH), cerca de 81,9% do valor total de cerca de R\$ 38,28 milhões previstos.

Keko quer crescer 10% em 2015 alavancada por novos produtos

09/04/2015 – Automotive Business

Bons ventos sopram em Flores da Cunha: a cidade gaúcha que abriga a fábrica da Keko mostra sua expertise não só nos vinhos que produz, mas também nas autopeças.

Especialista em acessórios de personalização automotiva, a fabricante já vislumbra os resultados positivos para 2015, com a previsão de aumentar o faturamento em 10% sobre os R\$ 175 milhões obtidos no ano passado.

Com 80% dos negócios focados nas montadoras, a companhia reforça sua estratégia com a inovação, a partir flexibilidade de criar e atender a necessidade de cada projeto:

“Contabilizamos uma média de 100 lançamentos de veículos por ano, considerando novas versões e atualizações. Isso significa um extenso trabalho, porque cada produto que desenvolvemos é único para cada veículo”, explica Juliano Scheer Mantovani, diretor de mercado e inovação da Keko.

Ele conta que foco é inovar: produtos que estão sendo entregues e serão ao longo deste ano são resultado do desenvolvimento dos dois últimos anos. Seguindo a mesma linha, a empresa já trabalha em novos projetos para lançamentos previstos em 2016 e 2017.

“Mais de um terço da nossa receita, quase 40%, é obtido com produtos lançados recentemente, por isso nosso compromisso em investir entre 3,5% e 5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento”.

A empresa mostra com orgulho sua carteira de clientes: Ford, General Motors, Mitsubishi, Toyota e Volkswagen, além de Fiat, Honda e Renault, estas três últimas conquistadas no último ano.

O mercado de reposição não fica para trás, já que promove grandes volumes de vendas, principalmente de estribos e santantônios, principais produtos da marca neste segmento.

Mantovani estima que a empresa possui fatia de 90% no segmento de acessórios e revela que no primeiro trimestre a empresa contabiliza crescimento parcial de 7% dos negócios no mercado de reposição.

Além disso, a Keko também comemora o bom momento para as exportações, que representam 19% da produção e enviada a 39 países: "Elas quase duplicaram no primeiro trimestre".

Para a Automec, fez o lançamento da linha de engate de reboque, com as versões K1, mais simples e de entrada, e K3. O produto chega com conceito renovado, uma vez que a empresa foi pioneira em trazer ao mercado brasileiro o engate de reboque na década de 1990.

Traz como principal diferencial o sistema rápido de encaixe, sem o uso de pinos ou outros acessórios para fixá-lo no veículo. Desenhado para o auto travamento, o produto traz sistema antifurto, com uma chave de segurança que protege o suporte da esfera contra furtos, sendo a única capaz de reabrir o engate para soltá-lo do veículo.

Com esfera moldada em aço inox, que evita a oxidação, o engate é feito em estrutura de aço carbono, sem pontos de solda, com encaixe de ferro fundido e revestimento em plástico, para absorção de vibrações e ruídos. O executivo informa que a empresa já entrou com o pedido de patente global.

A expectativa é de que o novo acessório, destinado ao mercado de SUVs, duplique as vendas do portfólio de engate da empresa já no primeiro ano de venda.

Terceirização divide opiniões: modernidade para uns, precarização para outros

09/04/2015 – Portal Contábil

A discussão do projeto que regulamenta a terceirização (PL 4330/04) colocou em lados opostos dois argumentos: os contrários alegam que haverá precarização das relações de trabalho, enquanto os favoráveis falam em modernidade e competitividade da economia brasileira. O embate deve continuar na semana que vem, quando serão votados os destaques.

O projeto autoriza a terceirização para todas as áreas de empresas. Hoje, a Justiça do Trabalho limita a subcontratação a áreas-meio, como limpeza, segurança e serviços especializados que não tenham relação com o objeto de empresa. A terceirização de funcionários da área-fim é considerada ilegal pela Justiça do Trabalho. Esse é o ponto mais polêmico da proposta.

Os partidos que se aliaram contra o projeto foram PT, PCdoB e Psol. Eles chegaram a levar uma faixa ao Plenário criticando o projeto.

O deputado Valmir Assunção (PT-BA) disse que a proposta vai retirar dos trabalhadores as conquistas dos últimos 12 anos com a redução do desemprego e a política de valorização do salário mínimo.

A proposta também foi criticada pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ). "O atual projeto que se quer votar neste momento quer transformar os 33 milhões de empregados diretos em terceirizados, e isso nós não queremos", disse.

Molon informou que deu entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança pedindo a anulação da sessão da Câmara desta quarta-feira. Ele argumentou que uma medida provisória já aprovada em comissão mista estaria trancando a pauta do Plenário, o que impediria a votação do texto da terceirização.

Sindicatos

Já o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) defendeu o projeto. Ele ressaltou que o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), aceitou uma emenda que garante aos terceirizados os mesmos direitos de acordos coletivos do sindicato dos funcionários da empresa contratante. "O sindicato será o mesmo, então, vai garantir os mesmos direitos", disse.

Na avaliação do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), sindicatos contrários à proposta estão menos preocupados com trabalhadores e mais com o financiamento das entidades sindicais. "[A proposta] vai acabar com a categorização e com o financiamento, pelos terceirizados, de sindicatos que não lhes servem", disse. Para ele, a Justiça também errou ao criar a distinção entre atividade-meio ou atividade-fim. "Quem ganha uma concessão de rodovia contrata uma empresa para fazer o asfalto e outra para fazer a pintura", afirmou.

O texto também regulamenta obrigações de empresas contratantes e terceirizadas; exige que a contratante fiscalize o pagamento de encargos trabalhistas pela terceirizada; e obriga as fornecedoras de mão de obra a serem especializadas em um segmento.

Situação dos trabalhadores

Para a deputada Eliziane Gama (PPS-MA), o projeto precisa ser mudado para não prejudicar os trabalhadores. "Temos um histórico de violações de leis trabalhistas e, quanto mais afrouxarmos a legislação, mais suscetíveis seremos a essas violações", avaliou.

Contra o projeto, o deputado Cabo Daciolo (Psol-RJ) apelou para Deus e afirmou que apenas um "milagre" impediria a aprovação do texto. Ele lembrou, no entanto, que os deputados serão cobrados no futuro por seus votos. "Tem parlamentar aqui que vai ser candidato a prefeitura em 2016, e aqueles que votarem 'sim' vão ver que não vão entrar. Deus vai cobrar", disse o deputado.

Já o relator, Arthur Oliveira Maia, negou que o projeto piore a situação dos trabalhadores e lembrou que a falta de norma é pior para o setor. Hoje, a terceirização é regulada por uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho. "Aqueles que criticam a terceirização falam de precarização, mas a precarização decorre da falta de uma lei para tratar do tema", disse.

Crescimento profissional

O líder do PT, deputado Sibá Machado (AC), lembrou que a proposta impede o crescimento profissional de trabalhadores. Ele citou o caso da ex-presidente da Petrobras Graça Foster, que entrou na empresa como estagiária e chegou ao topo. "A terceirização não permite isso, não permite que nenhum trabalhador de qualquer setor possa pensar em ascensão futura, em cargos de comando", criticou.

Para o deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), no entanto, o projeto é bom. “Está se querendo fazer acreditar que o projeto é precarização do direito do trabalhador, mas o que é bom para o trabalhador tem de ser bom para o empregador”, afirmou.

O deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) disse que os terceirizados são mais comprometidos com o trabalho e mais eficientes. “Quando fui prefeito, fazer concurso foi o maior erro que cometi. Todos sentiram que estavam estáveis e passaram a só cumprir horário, porque estavam estáveis”, opinou.

Randon une forças de unidades na reposição

09/04/2015 – Automotive Business

As seis empresas fabricantes de autopeças controladas pelo grupo **Randon** (Suspensys, Fras-le, Master, Jost, Control e Castertech) uniram forças na **reposição automotiva**, formando assim o segundo maior distribuidor de componentes no aftermarket brasileiro, com faturamento que somou R\$ 357 milhões em 2014 e expectativa de chegar a R\$ 400 milhões este ano. “Estamos desafiados a buscar mais mercado para esses negócios.

Já faz cerca de dois anos que começamos a juntar forças do grupo no segmento. Hoje essa união atinge todos os nossos 13 escritórios regionais que faturam qualquer produto das seis marcas para mais de 13 mil empresas no País”, enumera Luis Antonio Oselame, diretor que hoje comanda as atividades da Suspensys e Castertech, mas que também já passou por quase todas as unidades da Randon.

O executivo informa que metade do faturamento do grupo hoje vem das empresas de autopeças, os outros 50% são gerados pela Randon Implementos. “Como o grupo já tem 30% de participação no segmento de rebocados, fica difícil crescer além disso.

Por isso o futuro da expansão da Randon está nas autopeças, onde ainda há espaço para avançar”, explica Oselame. E o mercado de reposição vem ganhando importância para o negócio, em vista do tombo de cerca de 30% nas vendas para montadoras em 2014, que fez o lucro do grupo cair em relação a 2013.

“Passamos por um momento agudo de crise, principalmente no segmento de caminhões, nosso maior cliente, que já acumula queda das vendas de 40% este ano. Mas acreditamos que essa situação não vai perdurar. O grupo tem condições e diversificação suficientes para passar melhor pelas dificuldades previstas para 2015 e 2016”, avalia Pedro Ferro, diretor à frente das operações da Fras-le, Master e Jost.

O executivo explica que para o segmento de veículos pesados, a durabilidade das peças é maior, por isso o mercado de reposição não compensa na mesma medida e nem com a mesma velocidade a expressiva queda nas vendas para as montadoras.

O aftermarket representa para a maioria das autopeças Randon cerca de 20% do faturamento, com exceção da Fras-le, que tem forte presença na reposição com suas pastilhas e lonas de freios, invertendo o percentual para 80% do negócio concentrados no pós-venda. É também a empresa mais internacional do grupo, com fábricas nos Estados Unidos e China, e metade das receitas geradas pelas exportações e vendas fora do País.

As exportações também não crescem tão rápido, mesmo com o câmbio mais favorável às vendas externas. “O dólar hoje é fator secundário na exportação. Há outros fatores mais importantes, como custos e logística, que complicam os negócios”, diz Ferro.

"O trabalho agora é para ganhar margem com nossa eficiência e desenvolvimento de produtos inovadores", afirma o diretor. Ele informa que o grupo gasta de 3% a 4% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento.

"Trabalhamos ano a ano em novos produtos", diz Eduardo Kuver, diretor comercial e de tecnologia da Suspensys. Como exemplo, ele lembra dos novos rolamentos desenvolvidos pela unidade, com peso 10% a 15% menor, que contribuem na economia de combustível dos caminhões.

Em seu estande na Automec deste ano, que acontece até o dia 11 no Anhembi, em São Paulo, a Fras-le lança dois novos componentes de freios no mercado nacional. O primeiro é a pastilha Matrix, já apresentada e vendida pela empresa no exterior com vantagens em redução de peso e aumento de eficiência de frenagem.

Também apresenta uma nova lona de freio para ônibus: "Desenvolvemos o produto no nosso campo de provas de Caxias do Sul (RS) especialmente para as condições brasileiras, de trabalho em elevadas temperaturas, e conseguimos obter durabilidade 30% maior", informa Paulo Barbosa Gomes, diretor comercial e de tecnologia da Fras-le.

Taxa de desemprego sobe a 7,4% no trimestre encerrado em fevereiro, mostra Pnad Contínua

09/04/2015 – Reuters

A taxa de desemprego brasileira subiu a 7,4 por cento no trimestre finalizado em fevereiro, com maior procura por trabalho e fechamento de vagas, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

O número divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou forte piora em relação à taxa de 6,8% registrada nos três meses até janeiro.

A taxa ficou ainda acima da que foi vista no mesmo período de 2014, também de 6,8%, e da registrada no trimestre encerrado em novembro --que corresponde aos três meses imediatamente anteriores ao período anunciado--, de 6,5%.

"O mercado quebrou um ritmo de queda (da taxa de desemprego) que se via no mercado até há pouco tempo. No período mais curto não tem uma geração de vagas e a procura se tornou bem maior", explicou o coordenador da pesquisa Cimar Azeredo.

Em relação à Pesquisa Mensal de Emprego (PME) a leitura de fevereiro da Pnad Contínua também mostrou piora, uma vez que a PME apontou taxa de 5,9% no segundo mês do ano.

A Pnad Contínua tem abrangência nacional e o objetivo é que substitua a PME, que leva em consideração dados apurados apenas em seis regiões metropolitanas do país.

Segundo a Pnad Contínua Mensal, no trimestre até fevereiro o número de desocupados, que inclui aqueles que tomaram alguma providência para conseguir trabalho, atingiu 7,401 milhões de pessoas, alta de 14,7% ante os três meses encerrados em novembro.

O IBGE usa a comparação com o trimestre imediatamente anterior ao período anunciado para evitar repetição de dados relativos aos meses anteriores. A população ocupada, por sua vez, teve queda de 0,4% nos três meses até novembro, para 92,305 milhões, de acordo com o IBGE.

Já o nível de ocupação, que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar, caiu a 56,4 por cento nos três meses até fevereiro, ante 56,9% no trimestre até novembro.

Por outro lado, o rendimento real dos trabalhadores avançou 1,3% na comparação entre os dois períodos, para 1.817 reais. O mercado de trabalho brasileiro vem enfrentando uma menor criação de vagas e ao mesmo tempo maior procura de trabalho, em um cenário de deterioração econômica diante de inflação e juros altos e perspectiva de contração do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Em fevereiro, o Brasil perdeu 2.415 vagas formais de trabalho, no pior resultado para o mês desde 1999, de acordo com dados do Ministério do Trabalho.

Competitividade das micro e pequenas indústrias será tema de encontro estadual

09/04/2015 – Agência FIEP

O evento promovido pela Fiep, Sebrae/PR, Fampepar e Faciap terá palestras, talk shows e cursos sobre crédito e inovação. Os organizadores esperam receber cerca de 1.200 industriais de todo o Paraná

Nos dias 13 e 14 de maio será realizado em Curitiba o Encontro das Micro e Pequenas Indústrias do Paraná. A proposta dos organizadores é criar um ambiente para o fortalecimento da competitividade industrial, por meio da troca de informações sobre crédito e inovação. No primeiro dia do evento, haverá palestras e painéis e, no segundo, haverá uma série de oficinas relacionadas a investimentos e novas ideias.

Criado a partir de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR), Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas (Fampepar) e Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), o encontro terá um formato interativo e irá apresentar histórias reais de indústrias que melhoraram seus desempenhos com crédito e inovação.

“Compartilhar experiências é um dos meios mais tradicionais e também mais eficazes para o crescimento. Só com a união e o associativismo conseguiremos superar as inúmeras dificuldades pelas quais a indústria vem passando”, avalia o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. O conceito do encontro foi inspirado em labirintos, que apresentam inúmeros caminhos.

O Encontro das Micro e Pequenas Indústrias do Paraná, explica o diretor-superintendente do Sebrae/PR, Vitor Roberto Tioqueta, faz parte de uma agenda positiva, proposta pela Fiep, Sebrae/PR, Fampepar e Faciap.

Segundo ele, as micro e pequenas indústrias são geradoras de empregos e de renda e a inovação aliada ao uso adequado do crédito “geram mais valor e potencializam a entrega das indústrias aos clientes e à sociedade”. Eventos como este, reforça Tioqueta, abrem novas possibilidades, negócios e aprendizados.

O jornalista da Globo News, Dony De Nuccio irá intermediar um *talk show* com o tema “O Desafio na Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias no Paraná”. O publicitário e contador de histórias Eloi Zanetti vai contar alguns casos de inovação, com exemplos de indústrias paranaenses que passaram por dificuldades e que tiveram vitórias.

Neste primeiro dia também haverá a apresentação da 6ª Sociedade Garantidora de Crédito (SCG) do Estado do Paraná. A programação do dia 13 será encerrada com um *talk*

show sobre crédito, mediado pela jornalista da TV Globo e da Rede CBN, Mara Luquet. No segundo dia, os cursos terão informações práticas sobre garantias de crédito, *design*, educação financeira e elaboração de projetos para a captação de recursos, entre outros assuntos.

As inscrições para o encontro são gratuitas e podem ser feitas pelo site encontrodasindustrias.com.br.

SP estuda não cumprir lei que isenta pedágio de eixo suspenso de caminhão

09/04/2015 – Folha de S. Paulo

O governo de São Paulo estuda uma forma de não cumprir, a partir de 18 de abril, nova lei federal que isenta caminhões vazios de pagar pedágio pelas rodas que não estiverem no chão, o chamado eixo suspenso.

O benefício foi dado pelo Congresso em março e sancionado pela presidente Dilma após os caminhoneiros iniciarem greve para pressioná-la a não vetar a lei. Empresa do setor dizem que a não cobrança dos caminhões vai resultar em tarifas de pedágio mais altas para todos os usuários.

A Folha apurou que a Artesp (órgão que regulamenta as concessões estaduais de São Paulo) pediu à Procuradoria do Estado parecer para saber se tinha de cumprir a lei.

O parecer determinou que o cumprimento não era necessário pois a lei não diz respeito a trânsito, que é da alçada federal, e sim a concessões, algo que cabe a cada Estado regular.



Até 2013, as estradas paulistas não cobravam pelo eixo levantado. Houve uma mudança naquele ano e, com isso, os caminhoneiros passaram a pagar por todos os eixos do veículo.

Com a elevação das receitas das concessionárias decorrente da nova forma de cobrança, o governo paulista deixou de dar um aumento que na época era estimado em 6,5%.

Em nota, a Artesp não negou a intenção de manter a cobrança dos caminhões com eixos suspensos, informando apenas que "era cedo" para falar sobre o tema já que ele ainda não foi regulamentado no âmbito federal.

A regulamentação, contudo, virou um problema para o governo Dilma. As concessionárias já informaram que será impossível criar mecanismo para fiscalizar automaticamente se os caminhões estão vazios (cheios não podem receber o benefício).

A solução apresentada foi considerar vazios todos os caminhões com eixo levantado, sem qualquer tipo de fiscalização.

As concessionárias, porém, cobram do governo um decreto específico para dar segurança jurídica às empresas para tomar essa atitude a partir do dia 18, quando os efeitos da lei passam a valer.

A ABCR (que reúne as concessionárias de rodovias) divulga nesta quinta-feira (9) comunicado informando que só vão cumprir a lei se o governo regulamentá-la.

Dentro do governo há temor de fazer isso. Sem fiscalização, a expectativa é que a quantidade de caminhões passando com o eixo levantado (atualmente entre 5% e 7% do total) aumente muito. A consequência seria que as concessionárias teriam reajustes ainda maiores que os esperados

Vendas de materiais de construção caem 5,4% em março

09/04/2015 – Agência Brasil



O acumulado dos últimos 12 meses registra queda de 7,7% Antonio Cruz/Agência Brasil. As vendas de materiais de construção sofreram queda de 5,4% em março, na comparação com o mesmo mês em 2014, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Em relação a fevereiro deste ano, houve alta de 3,2%.

No acumulado no primeiro trimestre deste ano, o setor apresentou queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O acumulado dos últimos 12 meses registra queda de 7,7%.

“As vendas neste primeiro trimestre continuam baixas refletindo, principalmente, a forte queda na atividade das construtoras, tanto no segmento imobiliário quanto nas obras de infraestrutura.

O segmento do varejo continua positivo, mas não o suficiente para neutralizar a perda de vendas em outros segmentos”, avalia o presidente da Abramat, Walter Cover.

A expectativa de crescimento do setor para 2015 é 1%, apoiada na manutenção dos atuais incentivos do governo, como a desoneração da folha de pagamentos, a expansão dos investimentos em concessões e a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Soluções inovadoras na produção de aços para carros leves e sustentáveis

09/04/2015 – INDA

Sustentabilidade, alta resistência e baixa espessura estão determinando o desenvolvimento de novas famílias de aços para a indústria automotiva. As inovações com forte conteúdo tecnológico representam às demandas do mercado por aços mais nobres para a produção de veículos leves, resistentes e que reduzam o consumo de combustíveis e as emissões gases de efeito estufa na atmosfera.

Recentemente, a Gerdau disponibilizou um aço especial microligado que elimina as etapas de tratamento térmico, tanto na fase de produção do aço, quanto no processo produtivo de forjamento nos clientes.

A Usiminas lançou o aço TRIP nos graus 700 e 800, Dual Phase 1000 e suas variações, além do aço para a conformação a quente revestido com liga Zn-Fe. Já a CSN destaca os aços IF de alta resistência e os polifásicos de alta resistência avançados AHSS (Advanced High Strength Steels), que incluem materiais para estampagem a quente.

"Essa tendência já está consolidada na Europa e nos Estados Unidos, puxada pela crescente demanda das montadoras no mercado mundial. Agora chega com força no Brasil, possibilitando ampliar a oferta de produtos siderúrgicos para aplicações mais exigentes", diz José Eduardo Ribeiro de Carvalho, gerente de desenvolvimento de produtos da CSN.

No portfólio da companhia, a família dos AHSS inclui principalmente os aços Dual Phase e Ferríticos-Bainíticos, bem como os materiais para estampagem a quente (PHS - Press Hardening Steel).

"Um exemplo concreto nesse sentido foi o desenvolvimento recente de um trabalho em conjunto com uma grande montadora, que resultou em uma diminuição média de 10% no peso para o conjunto das peças selecionadas para análise dos veículos avaliados", informa Carvalho ao refletir-se ao aço para peças estampadas a quente, para a indústria automotiva.

"O aço TRIP nos graus 700 e 800 é normalmente aplicado em partes do veículo, como longarinas, que, em uma colisão, devem deformar-se, absorvendo boa parte da energia de impacto.

Já os outros dois produtos citados são aplicados na região conhecida com célula de sobrevivência do veículo, onde se busca uma rigidez máxima, ou seja nenhuma deformação ou uma deformação mínima é permitida", informa João Francisco Batista Pereira, especialista de Produto da Usiminas.

"Todo aço é resultado da junção de um projeto de liga e um processo de fabricação adequado. Essa combinação conduz a uma microestrutura (forma como os átomos se arranjam) que, em última análise, é a responsável pelas propriedades do aço. Assim, as características apresentadas pelos novos materiais são resultado de uma microestrutura particular para cada um dos materiais.", explica Pereira.

Os aços avançados de alta resistência, por exemplo, destacam-se por dois fatores, complementa Carvalho: elevada resistência mecânica e boa conformabilidade (baixo retorno elástico).

Esses diferenciais proporcionam às montadoras e à indústria de autopeças maior facilidade na fabricação das peças ou componentes da carroceria. Durante o impacto do

veículo, apresentam elevada capacidade de absorção de energia. Já o elevado nível de resistência no produto final, possibilidade de fabricar peças com geometria complexa e o repuxo profundo estão entre os benefícios proporcionados pelo aço para estampagem a quente.

"A grande contribuição desses aços está no fato de não comprometerem o desempenho mecânico das peças ou componentes pela utilização de menores espessuras. Essas últimas características têm como consequência a redução do peso do veículo.

Os aços de alta resistência avançados apresentam características que permitem uma elevada capacidade de absorção de energia da peça ou componente estrutural da carroceria quando submetidos a um impacto. Neste caso, protegem os passageiros pela absorção da energia ou por sua transferência para outras peças ligadas à carroceria", afirma Carvalho.

O aço desenvolvido pela Gerdau é fornecido a empresas de autopeças e diminui as etapas de fabricação de sete para quatro, reduzindo cerca de 20% dos custos de produção do componente.

Com isso, agiliza o processo e barateia o produto, proporcionando ganhos de produtividade e competitividade à indústria nacional frente a seus concorrentes internacionais, informa Fladimir Gauto, diretor comercial de aços especiais.

"O novo aço foi pesquisado e desenvolvido pelos centros de P&D da Gerdau no Brasil após a identificação de uma oportunidade de otimizar os processos produtivos de seus clientes forjadores a frio para a fabricação de pino bola.

Sua utilização contribui também para a preservação do meio ambiente, à medida que permite o menor consumo de energia e redução da utilização de insumos como o óleo, utilizado em uma das etapas de fabricação eliminados do processo", explica Gauto.

China planeja subsidiar mineradoras de minério de ferro após queda nos preços

09/04/2015 – Reuters

A China planeja subsidiar seu setor de minério de ferro em dificuldades, segundo relatos da mídia estatal nesta quarta-feira, com muitas minas com custos altos forçadas a fechar como resultado do colapso nos preços globais.

A China, maior fabricante de aço do mundo, há muito se preocupa com sua crescente dependência em mineradoras estrangeiras e tem tentado manter um nível de autossuficiência na importante matéria-prima, mas suas minas não têm sido capazes de competir com enormes produtoras de baixo custo na Austrália e no Brasil.

O Shanghai Securities News disse em seu website que o governo publicará logo novas políticas direcionadas a oferecer apoio financeiro ao setor de minério de ferro da China, sem dar mais detalhes.

Os preços do minério de ferro caíram cerca de 60 por cento desde o ano passado após um esforço conjunto das principais produtoras para ampliar a produção e aumentar a participação no mercado. O excesso de oferta foi agravado por uma desaceleração econômica na China, de longe o maior consumidor de minério do mundo.

Segundo dados da Associação de Minas Metalúrgicas da China, cerca de três quartos das minas de minério de ferro do país tiveram prejuízos em 2014 como resultado da queda nos preços, e muitas produtoras menores já pararam as operações.

Projeto trairão: Talon Metals atingida pelos preços do minério de ferro declara sérios prejuízos

09/04/2015 – Geologo.com.br

A junior canadense Talon Metals é a mais nova vítima da guerra do minério de ferro. A empresa atua, também, no Brasil onde tem os projetos Trairão e Sul Inajá.

A mineradora esperava produzir sinter e lump nos projetos que sofrem de uma logística e infraestrutura difíceis longe dos rios e das ferrovias. No último balanço, finalizado em março de 2015 a empresa reportou um prejuízo líquido de US\$17 milhões ou o equivalente a US\$0,18 por ação.

O prejuízo é substancial e praticamente varreu o valor de mercado da Talon para baixo do tapete. A empresa já vinha claudicando em 2013 quando havia declarado, também, um prejuízo líquido de US\$7,2 milhões. A ação da Talon, que em março de 2011 valia \$2,78, foi quase totalmente pulverizada para \$0,11. Somente hoje a queda da ação atinge 27%.

Índia importa volume recorde de minério de ferro

09/04/2015 – Geologo.com.br

A queda dos preços no mercado internacional e as dificuldades com a produção interna fizeram com que os indianos aumentassem a importação de minério de ferro em 2014. A Índia já foi a terceira maior produtora de minério de ferro, atrás da Austrália e Brasil.

No entanto os problemas relacionados às minas de Goa e Karnataka, obsoletas e de minério de baixa qualidade, fizeram com que o Governo Indiano paralisasse quase que totalmente a produção nestas duas regiões produtoras.

O resultado foi dramático e a Índia passou de exportadora para importadora de minério de ferro.

Em 2014 o país importou 15 milhões de toneladas de minério de ferro no ano fiscal que terminou em março de 2015. Os principais fornecedores foram a África do Sul (5,9Mt) o Brasil (3,7Mt) e a Austrália (1,9Mt). Já os principais importadores foram a JSW Steel e a Tata Steel.

Indústria de autopeças deve investir 40% menos em 2015, prevê entidade

09/04/2015 – Valor Econômico

A indústria brasileira de autopeças prevê reduzir em 40% os investimentos ao longo de 2015, na comparação com o ano passado, com desembolsos previstos da ordem de US\$ 830 milhões, segundo dados do Sindipeças, entidade que representa o setor.

No ano passado, a indústria de peças automotivas investiu US\$ 1,38 bilhão, segundo estimativa do Sindipeças, frente a US\$ 1,93 bilhão em 2013. A previsão da entidade é a de que os desembolsos mostrem ligeira recuperação somente em 2016, alcançando US\$ 850 milhões.

Em relação ao faturamento nominal da indústria, o Sindipeças, que reúne cerca de 500 empresas, prevê queda de 11,5% sobre o valor registrado em 2014, para R\$ 67,9 bilhões. Em 2014, o faturamento do setor recuou 12,4% em termos nominais (15,5% em termos reais), para R\$ 76,7 bilhões.

Para 2016, a entidade aposta em recuperação do faturamento, da ordem de 4%, “devido principalmente aos efeitos do Inovar-Auto, que estimula a produção local de autopeças, e também ao câmbio, atualmente desfavorável à importação”, informou, em nota.

Venda de veículos importados cai 9,2% em março, diz Abeifa

09/04/2015 – Valor Econômico

As vendas de automóveis importados no país continuam acompanhando o forte recuo na demanda por veículos neste início de ano. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa), as 28 marcas de automóveis e de comerciais leves que integram a entidade emplacaram 6.909 unidades em março, com queda de 9,2% na comparação anual. Frente a fevereiro, porém, houve alta de 19,9%.

Em nota, a Abeifa informa que esse resultado não pode ser interpretado como “reação do mercado”, uma vez que a sinalização é a de que o desempenho foi melhor devido ao maior número de dias úteis em março frente a fevereiro — 22 dias de emplacamento no mês passado contra 18 dias em fevereiro.

“É muito prematuro qualquer comentário sobre uma reação do mercado. Os números em geral, sejam os de vendas das nossas associadas como os do mercado total, ainda são preocupantes, quando comparados ao desempenho de 2014”, diz na nota o presidente da entidade, Marcel Visconde.

No acumulado do primeiro trimestre, considerando-se as associadas à Abeifa, a queda nos emplacamentos de veículos importados alcançou 21,8%. “A reação isolada de março reflete os quatro dias a mais de emplacamentos e, também, as ações de marketing que cada marca utilizou para atrair clientes e concretizar negócios”, acrescenta Visconde.

A Abeifa manteve a previsão de que o primeiro semestre de 2015 será “difícil”, diante do cenário formado por confiança do consumidor, taxa de juros e câmbio. “Ainda não temos um sinal positivo de que a economia deverá melhorar no curto prazo, por isso trabalhamos com um cenário de retração em 2015”, acrescenta Visconde, na nota.

Indústria perdeu US\$ 375 bilhões de demanda desde 2002, diz Delfim

09/04/2015 – Valor Econômico

O mau crescimento da indústria trouxe para baixo o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos anos e, para reverter o quadro, será necessário empreender ações no sentido de aumentar investimentos, fazer ajustes fiscais e estimular a melhoria na qualidade da mão de obra.

A avaliação é do economista e ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto. Ele estima que, desde 2002, a indústria brasileira sofreu uma subtração de demanda de US\$ 375 bilhões.

Desse montante, US\$ 139 bilhões referem-se ao valor que as indústrias do Brasil deixaram de exportar a partir de 2004, com a valorização do câmbio. Outros US\$ 236 bilhões referem-se ao saldo do déficit comercial da indústria no período de 2008 a 2014.

“A valorização do real primeiro tirou a competitividade das indústrias brasileiras no mercado internacional, em seguida roubou a demanda no mercado interno. Esse resultado foi produzido por uma política econômica que confundiu demanda industrial com demanda pelo produto industrial brasileiro”, afirmou Delfim Netto.

Para o economista, o governo agiu de forma equivocada, adotando uma política de subsídios, desonerações e descontos de impostos para os setores industriais porque acreditava que havia um problema na demanda do mercado interno. "Nada disso teve efeito.

Todo esse estímulo foi destruído pela valorização do câmbio, que estimulou a entrada de importados", disse Delfim Netto. Ele também citou como fatores desfavoráveis à indústria a política de juros reais muito altos e a carga tributária ainda pesada.

O economista observou que a indústria nacional está praticamente estagnada desde 2009. "O PIB não cresceu porque não demos à indústria as condições isonômicas para que ela pudesse crescer", acrescentou.

Na avaliação de Delfim Netto, a ação mais urgente a ser tomada é o ajuste fiscal do governo. Ele observou que o déficit público chegou a 7,3% do PIB neste ano. No primeiro governo Fernando Henrique Cardoso o déficit era 5,3% do PIB.

Esse percentual caiu para 4,4% no segundo mandato. No primeiro governo Lula esses índices foram reduzidos para 4% e 2,9%. No primeiro governo de Dilma Rousseff, o déficit público era 3,2% do PIB. Mas, a partir de agosto de 2013, a curva de gastos públicos subiu para os atuais 7,3%.

"Como em 1998, chegou a hora de fazer um ajuste fiscal porque não é possível manter a economia nessa situação", disse Delfim Netto. Ele acrescentou que a dívida bruta do governo federal equivale hoje a 65,5% do PIB, enquanto a média da dívida bruta dos países emergentes é de 39,7%.

"Esse número é muito ruim, porque com essa dívida o governo não consegue estimular a demanda privada com investimentos, porque já está endividado demais", disse.

Além da questão fiscal, ele considera como outro problema a inflação, atualmente o dobro da inflação dos países vizinhos, na casa dos 8%. Ele observou que a inflação de preços monitorados, como gasolina e energia elétrica, que no passado ficava abaixo da inflação média, está atualmente em 13,4%, e vai exercer efeitos sobre a inflação de preços livres, que já está em 6,6%.

O economista ponderou, no entanto, que a recuperação da economia é possível. Ele também considerou que, apesar do cenário difícil, as indústrias podem recuperar um pouco das vendas perdidas nos últimos anos para produtos importados, devido ao câmbio atual.

"As indústrias têm hoje uma capacidade ociosa que pode ser usada para substituir parte da importação. Mas vai ser um ano difícil para investir, porque na média as indústrias reduziram lucros e, portanto, têm menos recursos disponíveis", disse.

Delfim Netto afirmou ainda que espera a aprovação do plano de ajuste fiscal pelo Congresso Nacional. "O Congresso não vai se opor ao ajuste fiscal. Ninguém vai se opor a isso. Vamos terminar essa crise de maneira natural, como superamos outras crises", disse. O economista participa do Congresso Brasileiro de Bebidas (Confrebras 2015), realizado em São Paulo.

Informativo Metal-Mecânico- Sistema FIEP

09/04/2015 – Sistema FIEP

Leia as novidades do setor no Informativo de Articulação Setorial.